



ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

LIMITES À PRIMAZIA DA RESOLUÇÃO DO MÉRITO E A CRISE DA EFETIVIDADE  
JURISDICCIONAL NOS TRIBUNAIS

Danielle Souza Oliveira

Rio de Janeiro  
2024

DANIELLE SOUZA OLIVEIRA

LIMITES À PRIMAZIA DA RESOLUÇÃO DO MÉRITO E A CRISE DA EFETIVIDADE  
JURISDICCIONAL NOS TRIBUNAIS

Artigo científico apresentado como exigência  
de conclusão de Curso de Pós-Graduação Lato  
Sensu da Escola da Magistratura do Estado do  
Rio de Janeiro.

Professores Orientadores:  
Ubirajara da Fonseca Neto  
Rafael Mario Iorio Filho

Rio de Janeiro  
2024

## LIMITES À PRIMAZIA DA RESOLUÇÃO DO MÉRITO E A CRISE DA EFETIVIDADE JURISDICIONAL NOS TRIBUNAIS

Danielle Souza Oliveira

Graduada pela Universidade Estácio de Sá.  
Pós-Graduada em Direito Processual Civil  
pela Escola da Magistratura do Estado do Rio  
de Janeiro.

**Resumo** – O presente artigo aborda os fundamentos e os limites à aplicação do princípio da primazia da resolução do mérito, norma fundamental do processo civil brasileiro, que associadamente ao modelo cooperativo de processo trazido pelo código novel, observado arcabouço imperativo da Carta Republicana, contempla diversos mecanismos em busca da eficiente e justa prestação jurisdicional, contra decisões terminativas que intentem nova movimentação da máquina judiciária. Prestigia-se, ainda, os reflexos práticos da aplicação da norma pelos magistrados frente à concretização do princípio e a realidade antagônica enfrentada pelos Tribunais, posto que diante do evidente movimento de constitucionalização do Estado Democrático de Direito, a busca pela primazia do mérito assume relevância à atuação judicante, a garantir a ordem jurídica material, que se limita, ou deveria ser limitar, à neutralidade e compatibilidade vertical normativa.

**Palavras-chave:** Direito Processual Civil. Princípio da primazia do julgamento do mérito. efetividade da jurisdição. Invalidades processuais. Fungibilidade processual. Flexibilização procedimental. Poderes do juiz. Discricionariedade. Segurança jurídica. Acesso à Justiça.

**Sumário** – Introdução. 1. Aplicação do Princípio da Primazia da Resolução do Mérito perante o Atual Cenário Processual 2. Reflexos e Instrumentos da Norma Fundamental e a Efetiva Garantia da Justiça 3. Análise Crítica à Concretização do Princípio, a Discricionariedade Judicial e a Realidade Enfrentada pelos Tribunais. Conclusão. Referências.

### INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objeto de estudo a análise dos limites impostos pela legislação à aplicação do Princípio da Primazia da Resolução do Mérito, norma fundamental do direito processual vigente, com fim a viabilizar a tutela efetiva e satisfativa do direito persseguido desconsolante a atual realidade enfrentada pelos Tribunais, em face da rigidez normativa e observável abrangência constitucional contemporânea.

O Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), foi elaborado com intuito de assegurar o acesso à justiça, com participação simplificada e eficiente do cidadão ao processo, empregando meios que garantam tutelas justas e efetivas, isto é, que proporcionem o exame do mérito pelo magistrado com resultados úteis e satisfativos às partes que compõe a relação processual.

Deste modo, em subordinação e compatibilização aos preceitos de um Estado Democrático de Direito trazidos pela Constituição de 1988, e aos anseios da atual comunidade jurídica, o legislador foi levado a incorporar e trazer normas fundamentais no Processo Civil e mecanismos, alguns não previstos pelo diploma anterior ou sem o enfoque considerado razoável, que viabilizam a solução integral do mérito com a real satisfação do direito perseguido, sendo excepcional a aplicação de sentenças terminativas que intentem em uma nova movimentação da máquina judiciária, objetivamente não pretendida pelas partes.

Assim sendo, em busca da otimização de resultados, se faz presente uma atuação discricionária interdisciplinar do magistrado à aplicação da norma fundamental, contudo, avesso a formalismos e a prestigiados conteúdos normativos constitucionais e infraconstitucionais, corroborados pela sanabilidade dos vícios processuais, flexibilização de procedimentos, fungibilidade recursal, relativização da jurisprudência defensiva, dentre outros, apoiados no modelo cooperativo e do resultado útil e efetivo do processo.

Desta forma, fica evidente a postura impositiva não recomendatória do legislador em despotencializar os vícios processuais, em prol da efetividade e otimização de resultados visando a extinção definitiva do imbróglio levado à análise pelo órgão jurisdicional, enfatizando-se o princípio da instrumentalidade das formas, e, ainda, ampliando sobremaneira os poderes do juiz.

Observa-se, portanto, que a prestação jurisdicional eficiente vai muito além da sua exigência normativa, com incontroversa abrangência prática-jurídica, geradora de reflexos e impactos sociais e processuais, ainda que ampliado acervo normativo em favor dos beneficiários de uma atividade jurisdicional satisfativa, em tempo razoável, porém, por muitas vezes, antagônico com o cenário atual.

Nesta pesquisa, inicialmente, analisa-se com base na legislação processual atual, os requisitos à aplicação e concretização da presente norma fundamental prevista no artigo 4º do diploma processual vigente, abordando quais os limites ao uso prático da legislação pelos órgãos jurisdicionais, que objetivam viabilizar satisfativa e eficiente solução integral do mérito.

Na sequência, são expostos os reflexos práticos endoprocessuais e extraprocessuais ocasionados pela norma em comento, abordando-se robustas doutrinas em obediência aos ideais constitucionais e a atuação do magistrado motivado pelo modelo cooperativo e efetiva garantia da justiça proposta pela matéria.

Por fim, apresenta-se análise crítica processual à postura e atuação dos magistrados frente aos mecanismos processuais trazidos pela legislação à concretização à primazia do

mérito e efetividade jurisdicional, concomitantemente as vantagens e desvantagens do avanço processual diante a atuação prática-profissional.

Isto posto, a presente é realizada por meio do procedimento metodológico bibliográfico e documental, com objetivos exploratórios e explicativos, visando analisar o alcance prático da norma fundamental *in voga*, e seus instrumentos trazidos pela sistemática processual do Código de Processo Civil, mediante análise predominantemente qualitativa, lastreada em bibliografias pertinente a temática em foco, buscando compreender as vantagens e desvantagens do avanço processual em face da realidade atualmente enfrentada pelos Tribunais.

## 1. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PRIMAZIA DO MÉRITO PERANTE O ATUAL CENÁRIO PROCESSUAL

É cediço o desígnio à “desburocratização do procedimento e aceleração do resultado da prestação jurisdicional”<sup>1</sup>, ainda no código anterior, contudo, atualmente mais evidente diante do processualismo moderno que despotencializou os efeitos legais e externos ao emprego literal e do exacerbado formalismo frente as nulidades e vícios processuais, passíveis facilmente de sentenças terminativas, que indiscutivelmente não poriam a termo os imbróglis levados ao judiciário.

Nessa busca por produção de resultados eficientes, isto é, resultado ou efeito pretendido no plano material pelo ordenamento com menores ônus possíveis, através da mencionada atividade jurisdicional – o que implica de forma incontestável e direta à observância de demais princípios constitucionais plenamente positivados através do movimento de constitucionalização na norma processual em vigor – corrobora o conteúdo do parágrafo 4º do diploma segundo o qual: “as partes têm o direito de obter, em prazo razoável, a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa”<sup>2</sup>.

Não é de se estranhar o conteúdo trazido pelo legislador diante da preconizada influência pelo Neoconstitucionalismo, com alicerces na duração razoável do processo, na denominada primazia do mérito, e na efetividade, respectivamente – sem olvidar na manifesta instrumentalidade das formas utilizada ao pronunciamento definitivo da demanda, visando alcance não só de mera sentença de mérito, mas da real satisfação do direito, pautada – no que

---

<sup>1</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**. 60. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. v.1. *E-book*.

<sup>2</sup> BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Código de Processo Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm). Acesso em: 28 fev. 2024.

menção Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidero: “na necessidade do resultado da demanda espelhar o mais possível direito material, propiciando-se as partes sempre tutela específica – ou tutela pelo resultado prático equivalente”<sup>3</sup>.

Neste mesmo sentido, leciona Barbosa Moreira:

[...] querer que o processo seja efetivo é querer que desempenhe com eficiência o papel que lhe compete na economia do ordenamento jurídico. Visto que esse papel é instrumental em relação ao direito substantivo, também se costuma falar da instrumentalidade do processo. Uma noção conecta-se com a outra e por assim dizer a implica. Qualquer instrumento será bom na medida em que sirva de modo prestimoso à consecução dos fins da obra a que se ordena; em outras palavras, na medida em que seja efetivo. Vale dizer: será efetivo o processo que constitua instrumento eficiente da realização do direito material.<sup>4</sup>

Não obstante, através de uma breve análise dos pressupostos processuais no presente ordenamento pelo profissional, mostra-se irrefutável o anseio do legislador diante dos vícios formais e nulidades à validade da demanda, – ora também ponderados a celeridade, o acesso à justiça, a utilidade e a cooperação – a correção do vício, já que na ausência deste, resultaria em uma ‘quase’ automática extinção processual.

Nesta toada, Câmara<sup>5</sup> preleciona que a extinção do processo sem resolução do mérito e a decretação de nulidades processuais, devem ser vistas como fenômenos absolutamente excepcionais, ao passo que diante do viés eficiência e economia processual, a apreciação do mérito e a realização prática do direito material é o almejado de um sistema processual eficiente, o que resulta pela doutrina pátria, o mencionado princípio da resolução da primazia do mérito.

Sendo certo de que o processo deva ser pautado pela celeridade e simplicidade, sem formalidades desnecessárias que possam atrasar a resolução do caso, obtendo acesso à justiça amplo e irrestrito, garantindo que todos os cidadãos possam ter seus direitos materiais devidamente reconhecidos e tutelados, prestigia-se a primazia do mérito à sanabilidade de vícios e invalidades procedimentais, inclusive àqueles atos que alcancem finalidade pretendida, como expresso no art. 227 do Código de Processo Civil.<sup>6</sup>

<sup>3</sup> MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sergio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Novo Código de Processo Civil Comentado**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. *E-book*.

<sup>4</sup> MOREIRA, Barbosa. Por um processo socialmente efetivo. Revista de Processo, São Paulo, v. 27, n. 105, p. 181, mar. 2002 *apud* THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil** – vol. 1. 60. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. *E-book*.

<sup>5</sup> CÂMARA, Alexandre F. **Manual de Direito Processual Civil**. 3. ed. [S. l.]: Grupo GEN, 2024. *E-book*.

<sup>6</sup> BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Código de Processo Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm). Acesso em: 28 fev. 2024.

Sem aprofundar na discussão já trazida por Cappelletti e Garth<sup>7</sup> acerca dos considerados “obstáculos ao acesso à justiça”, com ênfase ao obstáculo processual caracterizado pela gestão institucional e formalismos excessivos, cumpre esclarecer que o acesso a justiça não com se confunde com o direito de ação no plano infraconstitucional, e consequentemente e distintivamente à esperada efetividade da jurisdição, com a real análise não só dos pressupostos processuais e das condições da ação pelo julgador, mas sim do mérito, com a demonstração da existência do direito que pretende o autor ver tutelado, o que reverbera Didier<sup>8</sup>, que não devam ser apenas reconhecidos, mas também efetivados, isto é, com resultado e efeito prático palpável.

Contudo, não há como negar linha tênue entre os princípios já mencionados, uma vez que de forma harmônica se complementam de encontro ao formalismo anacrônico aparente ainda no Código de 1973, estimulando e dando espaço ao dever de cooperação processual e do contraditório, antes de um pronunciamento decisório terminativo ou antecipado de mérito, em busca de maior efetividade jurisdicional, superando obstáculos que levem o fim anômalo processual.<sup>9</sup>

Conclui-se, portanto, que princípio da resolução do mérito da demanda está intimamente ligado ao artigo 6º do diploma processual<sup>10</sup>, sustentando o dever de cooperação entre as partes, a fim de que também auxilie e influencie positivamente a real satisfação do direito material pretendido, isto é, o esforço realizado por parte do Estado e do cidadão a uma decisão e análise cognitiva com resultado prático-processual de mérito efetiva, aplicando-se os mecanismos legais à disposição, exigindo nova postura interpretativa do Direito pelo juiz.

Conforme dito alhures, com a evolução do modelo constitucional de processo civil, e as alterações substanciais na sociedade e das normas processuais, destacaram-se os princípios constitucionais plenamente capazes de melhor direcionar a atuação do julgador. Assim, diante da constitucionalização do processo, já explícita no Artigo 1º do Código de Processo Civil, trouxe consigo normas fundamentais, impondo ao órgão julgador o dever de superar e ‘despotencializar’ obstáculos e vícios processuais – aplicáveis a todas as fases e procedimentos

---

<sup>7</sup> CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à justiça**. Tradução Elen Gravie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1998. p.11.

<sup>8</sup> DIDIER JR, Freddie. **Curso de Direito Processual Civil**: introdução ao Direito Processual Civil, parte geral e processo de conhecimento. 26. ed. Salvador: JusPodvm, 2024. v.1.

<sup>9</sup> BEDAQUE, José Roberto dos Santos. Efetividade do processo e técnica processual. São Paulo: Malheiros, 2006 *apud* NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de Direito Processual Civil**. 13. ed. Salvador: JusPodvm, 2021.

<sup>10</sup> BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Código de Processo Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm). Acesso em: 28 fev. 2024.

– que impeçam o exame integral do mérito, com reflexos em diversos artigos no aludido diploma processual.

Diante da atual predominância do direito material em face do direito processual, resta claro, aplicando-se o dispositivo à primazia da resolução do mérito, a intenção do legislador à inclusão de mecanismos com alicerces na(s) norma(s) fundamental(ais) à abstenção dos formalismos exacerbados – incluindo-se a reprimenda jurisprudência defensiva pela doutrina – embora haja outras questões a serem analisadas pelo julgador antes do exame do mérito, ora analisadas, contudo, sem deixar de oportunizar as partes a correção de possíveis vícios, determinantes para extinção do feito preliminar ou de forma terminativa.

Nasce, no direito processual, à época, e lembrado com maior premência nos tempos atuais, um aclamado dever à materialização não só do acesso da justiça, mas no dever à análise do mérito pautados na instrumentalidade e na cooperação, visando a efetividade e resultado útil do processo, através de mecanismos legais precursores a sanar e corrigir vícios que se coadunam em um processo de resultados, diante da fatídica e opressora realidade interna dos órgãos jurisdicionais pátrios.

Assim, dos reflexos e mecanismos trazidos pela norma em comento, destacam-se os artigos 76; 139, inciso IX; 282, § 2º; 317; 319, § 2º; 321 § único; 338; 352; 485, §§ 1º e 7º; 488; 932, § único; 938, § 1º; 968 §§ 5º, II e 6º; 1007 §§ 2º, 4º, e 7º; 1013, § 3º, II e IV; 1017, § 3º; 1029 § 3º; 1032; 1033; todos do Código de Processo Civil<sup>11</sup>, corroborando-se do que já lecionava Chiovenda<sup>12</sup>, que o processo deva dar o direito tudo aquilo que a parte tenha direito de conseguir.

Mas, não há como prosseguir a análise em comento, sem a observância dos limites impostos ao magistrado e aos detalhados instrumentos à primazia do mérito presentes no diploma processual, adequado às diretrizes do processo democrático sem que implique em suposta arbitrariedade e, ao mesmo tempo, conflito entre órgãos e competências jurisdicionais dos mecanismos aclamados pela doutrina, possíveis de causar insegurança jurídica, e contemto pelo conteúdo normativo e o resultado favorável ao judiciário e às partes.<sup>13</sup>

---

<sup>11</sup> BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Código de Processo Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm). Acesso em: 28 fev. 2024.

<sup>12</sup> CHIOVENDA, Giuseppe. **Instituições de Direito Processual Civil**. Tradução de Paulo Capitanio. 3. ed. Campinas: Book-seller, 2002.

<sup>13</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**. 60. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. v.1. *E-book*.



## 2. REFLEXOS E INSTRUMENTOS DA NORMAL FUNDAMENTAL E A EFETIVA GARANTIA DA JUSTIÇA

Mais do que evidente que, com fim a dar efetividade ao direito fundamental do acesso a justiça deu azo à previsão pelo Código Processual vigente<sup>14</sup> às normas fundamentais, reforçando-se o modelo neoconstitucional, destacando-se à primazia da resolução do mérito, para que em prazo razoável as partes obtenham ‘solução integral do mérito’, incluída a atividade satisfativa.

Com incontestável conteúdo à duração razoável do processo, frisa-se pela solução do mérito em combate a jurisprudência defensiva – isto é, a determinação de formalidades excessivas pelos Tribunais, em grau de recurso, aquém da razoabilidade e do intentado pelo legislador – em nome da ambicionada desobstrução de volumes processuais nos Tribunais.

Mas não só em face da jurisprudência defensiva deve ser reverberado, uma vez que o CPC/15 trouxe diversas disposições as quais reforcem a concessão às partes da oportunidade e permissão pelo magistrado à correção de vícios durante o processo, antes da decisão meritória sentenciante, mantendo-se não só o dever de cooperação das partes litigantes, mas, como aponta Câmara, “do próprio órgão jurisdicional apontar com precisão qual vício se faz presente e pode, se não for sanado, obstar a resolução do mérito”.<sup>15</sup>

Trata-se do dever do juiz de prevenção, como também a necessidade deste ser garantidor dos direitos fundamentais com a produção de resultados constitucionalmente legítimos através do processo, sendo coparticipativo, afastando qualquer protagonismo e (in)discrecional atuação diante das ferramentas e mecanismos ante a primazia da resolução, diga-se, preferencialmente de mérito.

Da mesma forma, a primazia do mérito, em viés prático, abrange de forma significativa a instrumentalidade, insculpida nos artigos 188 e 277 do CPC, com aproveitamento dos atos processuais atingida a finalidade pretendida, para que o juiz aprecie o mérito, memorando-se o dever de prevenção e cooperação, tornando concretizados os direitos ameaçados ou lesionados, ‘flexibilizando’ o presente formalismo processual,<sup>16</sup> como também implicitamente à fungibilidade proveniente do artigo 244 do diploma processual – sob mesma finalidade.

---

<sup>14</sup> BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Código de Processo Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/13105.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13105.htm). Acesso em: 28 fev. 2024.

<sup>15</sup> CÂMARA, Alexandre Freitas. O princípio da primazia da resolução do mérito e o Novo Código de Processo Civil. **Revista da EMERJ**, Rio de Janeiro, v. 18, n.70, p. 42-50, set-out, 2015.

<sup>16</sup> BUENO, Cassio Scarpinela. **Manual de Direito Processual Civil**. 10. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2024.

Nesse sentido, relembra Theodoro Junior<sup>17</sup> o julgamento da Ministra Nancy Andrighi, no STJ, antes da vigência no atual código, acerca da necessidade de se simplificar a interpretação e aplicação dos dispositivos do Código de Processo Civil, e de que o processo teria de viabilizar, tanto quanto possível, a decisão sobre o mérito das causas, relativizando-se as consequências dos erros formais impostos ao operador do Direito. Asseverou, ainda, que diante das questões controvertidas em torno das regras procedimentais, que fosse adotada preferencialmente a que viabilizasse o processo e as chances de julgamento da causa, e não a que restringisse o direito à parte.

Diante do sistema processual moderno, tais instrumentos processuais desenvolvidos pelo legislador passam a ter uma finalidade com maior desígnio à efetividade do provimento, consequência natural do movimento constitucional e das garantias fundamentais do Estado Democrático de Direito, implementados imperiosamente no diploma processual em vigor, observando-se, por óbvio, as limitações à formação do convencimento e atuação do magistrado subordinada à lei, embora atualmente contrárias ao positivismo jurídico.

Impende destacar que o resultado intentado através da descrita efetividade – correlato porém distinto à celeridade – e a primazia do mérito, intimamente relacionam-se com o objetivo inerente da jurisdição, não somente voltada à atuação da vontade literal da lei como instrumento de segurança jurídica e de manutenção da ordem, através da tutela jurisdicional eficaz, mas principalmente à proteção dos direitos individuais, mediante uma sistemática ostensivamente cooperativa, que não apenas englobe o dever de prevenção, como também de esclarecimento, consulta e auxílio pelo magistrado.

Dos mecanismos trazidos pelo legislador à precedência do julgamento do mérito e a superação ao acerbado formalismo processual, adotando-se técnicas que privilegiem o julgamento do mérito em detrimento de uma decisão meramente terminativa,<sup>18</sup> determina que o juiz designe prazo para que vícios processuais possam ser sanados como previsto no caput do artigo 76, assim como explicitamente trazido no inciso IX do artigo 139.<sup>19</sup>

Ainda assim, realça a primazia da resolução do mérito o conteúdo trazido nos artigos 282 §2º, 317, 321, 352 e 968 §§ 5º e 6 do CPC, os quais impõem que, nas palavras do Humberto

---

<sup>17</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**. 60. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. v.1. *E-book*.

<sup>18</sup> DONIZETTE, Elpidio. **Curso didático de Direito Processual Civil**. 22 ed. São Paulo: Atlas, 2019. *E-book*.

<sup>19</sup> BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Código de Processo Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm). Acesso em: 28 fev. 2024.

Theodoro Junior<sup>20</sup>: “antes de julgar extinto o processo por força de um embaraço formal, deve o magistrado tentar garantir o prosseguimento do feito, ensejando oportunidade às partes para supri-lo.”, independente do momento processual da fase de cognição. Na mesma linha, pelo artigo 485, §7º do CPC<sup>21</sup> é oportunizado ao magistrado anular sua sentença terminativa em prol do julgamento de mérito evidenciado o disposto pelo direito processual moderno.

Assim, ainda que não esgotado a análise do tema, não há óbice aos reflexos da norma fundamental da primazia da resolução do mérito por todo ordenamento processual, a incidir a toda e qualquer espécie de tutela, incluindo àquelas levadas ao Tribunal, permitindo que o órgão jurisdicional também flexibilize os requisitos de admissibilidade processuais,<sup>22</sup> como também oportunize a correção do vício recursal genérico.

Nesta lógica, verifica-se pelos artigos 932 § único e 938 § 1º, que constatando-se o vício antes de considerar inadmissível o recurso, ou no momento do julgamento, o relator intime as partes para saná-lo, atendendo-se à instrumentalidade, efetividade e cooperação em prol da primazia do mérito. Assim, questões atinentes a ausência da comprovação do preparo ou algum documento necessário à admissibilidade, contrário à deserção imediata e a jurisprudência defensiva aclamada pelos Tribunais, deve ser concedido prazo à parte para regularização, traduzido pelo artigo 1007 §§ 2º, 4º, e 7º do CPC.

Sob mesmo viés, trazem os artigos 1013 § 3º e 1017, § 3º permissão para que tribunal decida desde logo o mérito da causa, sem que tenha de aguardar pronunciamento do juízo de 1º grau, estendida na prática às reformas de sentenças que reconheçam decadência ou prescrição, quando for possível o exame das demais questões debatidas, sem haver retorno ao juízo sentenciante.

Além do dever de conduzir a marcha processual apoiada na norma fundamental, o direito processual constitucional moderno também confere ao magistrado aplicação do implícito princípio da fungibilidade – a admissibilidade da modalidade recursal manejada de forma equivocada – desde que recaia cumulativamente, nas lições de Teresa Wambier e José Medina<sup>23</sup>: em dúvida “objetiva” – isto é, pautadas nas divergência doutrinas e jurisprudenciais – inexistência de erro grosseiro, e que o prazo do recurso correto não tenha precluído,

<sup>20</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Código de Processo Civil Anotado**. 26 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2023.

<sup>21</sup> BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Código de Processo Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/13105.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13105.htm). Acesso em: 28 fev. 2024.

<sup>22</sup> DIDIER JR, Freddie. **Curso de Direito Processual Civil**: introdução ao Direito Processual Civil, parte geral e processo de conhecimento. 26. ed. Salvador: JusPodvm, 2024.

<sup>23</sup> WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; MEDINA, José Miguel Garcia. **Recursos e ações autônomas de impugnação**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008. *E-book*.

corroborando em verdadeiro limite à própria aplicação da primazia do mérito perante atividade judicante.

Assim, atesta esse cenário o conteúdo do §3º do artigo 1024<sup>24</sup> que expressamente prevê a possibilidade de o órgão julgador conhecer dos embargos de declaração como agravo interno, ao passo que prevê os artigos 1029 § 3º, 1032 e 1033, a desconsideração de vícios formais em sede dos Tribunais Superiores, incluída fungibilidade entre os recursos Especial e Extraordinário.

Tal desiderato do legislador à aplicação norma fundamental, já vistas por todas as fases processuais, trouxe consigo também figura dos negócios jurídicos, através da cláusula geral do artigo 190, paralelo a manifesta cooperação, à flexibilização procedimental com fim a maior efetividade à matéria litígio enfrentado, como também a calendarização dos atos processuais fixados pelas partes, já neste caso, também pelo juiz – consoante o artigo 191 do CPC.<sup>25</sup>

Aduz, ainda, Theodoro Júnior que além do considerável poder de gerenciamento do processo, inclusive em adaptar o procedimento às necessidades do direito objeto da lide, a utilização de técnicas de organização e condução processual, incumbe ao magistrado atividade não só com base na literalidade de lei, mas também uma atividade criativa, a completar preceitos legais genéricos e suprir lacunas.<sup>26</sup>

A regra torna-se clara diante do atual cenário processual, se não há preceito legal específico, ou seja impossível utilização de analogia, ou a lei seja genérica com lacunas, os princípios e costumes são recomendáveis, contudo, ainda que haja controvérsia que exija contraditório dinâmico, e justifiquem-se no vasto aparato constitucional, normas são relativizadas acusando um risco à imparcialidade e uma prestação jurisdicional justa.

Ao mesmo tempo, com a inobservância da norma fundamental em comento, o Poder Judiciário pode trazer consigo falsas estatísticas à efetividade das prestações jurisdicionais, suportada pelo detentor do direito e garantia proposta pela matéria, desacompanhados da mínima qualidade esperada da prestação jurisdicional em um Estado Democrático.

É por óbvio que não basta a simples à extensiva análise do acervo e nuances normativas que refletem à primazia do mérito, sem a cuidadosa análise dos limites impostos pela atual

---

<sup>24</sup> BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.** Código de Processo Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm). Acesso em: 28 fev. 2024.

<sup>25</sup> CÂMARA, Alexandre F. **Manual de Direito Processual Civil.** 3. ed. [S. l.]: Grupo GEN, 2024. *E-book*.

<sup>26</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil.** 60. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. v.1. *E-book*.

legislação à jurisdição e a atuação do magistrado que se pautem a análise meritória da causa judicial, e os reflexos ocasionados no atual cenário judiciário, que serão apreciados a seguir.

### 3. ANÁLISE CRÍTICA À CONCRETIZAÇÃO DO PRINCÍPIO, A DISCRICIONARIEDADE JUDICIAL E A REALIDADE ENFRENTADA PELOS TRIBUNAIS

Não bastasse a influência da *common law* no atual cenário contemporâneo jurisdicional brasileiro, corroborando a chamada jurisdição mista<sup>27</sup>, a concretização do princípio da primazia da resolução do mérito traz consigo inerente protagonismo judicial, principalmente diante de contraditório substancial e exigência do dever argumentativo e de fundamentação, mediante uma análise lógico-sistêmica pelo magistrado.

Sendo certo que o princípio em comento não possa ser aplicado sem observância legal e epistemológica – na tentativa de se evitar ‘negativa’ discricionariedade judicial – a norma fundamental, conforme demonstrada nos tópicos retro, não é revestida de caráter absoluto diante de vícios denominados “insanáveis”, permitindo de maneira oblíqua que o magistrado atue sem o dever de prevenção à inadmissão de postulações iniciais ou recursais.<sup>28</sup>

Diante deste fato, não causa espanto o evidente risco a segurança jurídica e juízo subjetivo do juiz, pela ausência na prática do tão necessário dever de consulta a conceder contraditório diante de uma possível inexistência de insanabilidade do vício posto em análise ao alcance meritório.

Infere-se, portanto, que a lei processual não deve ser aplicada de forma automática e mecânica, mas com constante observância dos preceitos constitucionais à efetivação dos direitos sociais. O grande desafio torna-se as exigências legais e a necessária interpretação de determinado fenômeno jurídico e adaptação das regras jurídicas aos conflitos, que podem gerar inerente risco a análise subjetiva e individual pelo juiz aos aspectos sociais, políticos e econômicos, somados com as expressas cláusulas gerais e conceitos indeterminados trazidos pelo código novel.<sup>29</sup>

---

<sup>27</sup> PINHO, Humberto Dalla Bernadina de. **Manual de Direito Processual Civil contemporâneo**. 6. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024. *E-book*.

<sup>28</sup> LINS, Arthur Orlando. **A primazia do julgamento de mérito no Processo Civil Brasileiro**: fundamentos, concretização e limites dogmáticos. 2018. 311f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

<sup>29</sup> BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Código de Processo Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm). Acesso em: 28 fev. 2024.

Estes, então, exigiriam interpretação valorativa e interdisciplinar do magistrado, abrindo margem a uma atuação discricionária subjetiva, contrária as limitações processuais já impostas.<sup>30</sup> Daí surge – pela indispensável publicidade, instauração de um processo democrático – a necessidade, também por este fator, à fundamentação das decisões ao controle da regularidade e legitimidade do exercício dos poderes e deveres do magistrado.<sup>31</sup>

Destaca-se o conteúdo do artigo 139 do CPC<sup>32</sup> e a intenção do legislador, através de preceitos constitucionais instrumentalizados, de conceder poderes ao magistrado, incluído gerenciamento do processo, ao mesmo tempo que lhe incumbe dever e respeito as normas fundamentais, ao alcance de processo célere, justo e efetivo, não eximido o direito das partes de exigir que ele utilize tal poder à ordem da marcha processual.

Nesta toada, impõe o conteúdo normativo já previsto no código vigente, de que o juiz não pode deixar de se pronunciar sob alegação de lacuna ou obscuridade, denominado pela doutrina do poder-dever em atuar como legislador positivo, em nome dos aclamados direitos fundamentais sociais, atendendo a efetividade.<sup>33</sup>

Conclui-se que a efetividade processual tem influência direta dos atos praticados pelo magistrado em consonância com ideal de efetividade e justiça proposto e exigido pelo diploma processual, à solução do imbróglio instaurado, promoção do andamento do feito e impedimento de irregularidades e vícios processuais, exegese do Neoconstitucionalismo e da duração razoável do processo.

Ainda que haja dissenso a respeito do que venha a ser dever e ônus do magistrado, ou mera discricionariedade e faculdade, é irrefutável que o poder judiciário como um todo deva atuar com respeito à legalidade e funções típicas definidas pelo legislador, com estreita observância aos direitos fundamentais, frisa-se, sociais e obrigatórios.

Não há óbice que o instrumentalismo e a efetividade complementam a ideia trazida pelo processualismo moderno a proporcionar tutela aos direitos subjetivos e consequentemente

---

<sup>30</sup> MAIA, Wellington. **Discricionariedade judicial**: os limites da atuação jurisdicional e os poderes do magistrado no processo. JusBrasil, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/discricionariedade-judicial-os-limites-da-atuacao-jurisdicional-e-os-poderes-do-magistrado-no-processo/751980321>. Acesso em: 20. set.2024.

<sup>31</sup> CÂMARA, Alexandre Freitas. **Lições de Direito Processual Civil**. 13. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005, v. I. *apud* THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**. 60. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. v.1. *E-book*.

<sup>32</sup> BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Código de Processo Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/13105.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13105.htm). Acesso em: 28 fev. 2024.

<sup>33</sup> CAPPELLETTI, Mauro. **Juizes Legisladores?** Tradução de Carlos Alberto Álvaro de Oliveira. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1999.

desempenhar maior efetividade à prestação jurídica estatal por meios das técnicas processuais pertinentes, inclusive, a primazia do mérito.<sup>34</sup>

Por outro lado, já sustenta o Superior Tribunal de Justiça<sup>35</sup>, que não pode o princípio ser utilizado “a fim de sobrepujar a não observância dos requisitos de admissibilidade”, muito menos a reabertura de prazos processuais preclusos, sob pena de invocar a insegurança jurídica, os quais tais institutos foram criados a dirimir, ao passo que deva ser interpretado a beneficiar o jurisdicionado, uma vez necessária, diante de um vício de natureza insanável, que seja dada oportunidade para que este fosse sanado, possibilitando a almejada análise meritória.

Majoritariamente esteia-se que o atual sistema processual não confere ao juiz o poder discricionário de interpretar o direito do caso concreto de forma livre e indisciplinada, mas sim segundo a vontade enunciada pelo direito positivo, uma vez que seu papel não seja de filósofo ou legislador, estando subordinado aos comandos da Carta Republicana.<sup>36</sup>

Contudo, o presente dualismo de regimes jurídicos, e a estreita observância de ambos, exigiria posição mais ativa dos operadores do direito em face da recente previsão legislativa e evolução consuetudinária que ocupa os atuais cenários legislativos e judiciais, incluindo a indesejada inobservância de jurisprudência pela própria Corte que a emana, contrária a estabilidade do direito intentada pelo legislador.

Da mesma forma, e não distante ao tema deste trabalho, a previsibilidade das decisões pelo sistema, implementado de maneira não tímida pelo legislador no diploma processual, auxiliaria à concretude da efetividade, evitando-se infundadas proposituras de demandas, contrária a realidade enfrentada por muitos julgadores que manuseiam equivocadamente o *distinguish*, que se omitem de entendimentos já sedimentados, ou desprezam modelo cooperativo à sanabilidade dos vícios, obrigando as partes litigantes ao manejo do implícito duplo grau de jurisdição, a fim que tenham tutela de seus direitos garantidos e efetivados.

Não obstante, por muitas vezes a ausência de efeito vinculante a decisões que mereciam tal *status*, levam a um regime discricionário do magistrado, que por diversas vezes, ainda em

<sup>34</sup> THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**. 60. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. v.1. *E-book*.

<sup>35</sup> BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (3ª Turma). **Agravo Interno no Agravo em Recurso Especial 2.042.017/MS**. Intempestividade do Agravo. Ausência de comprovação por meio de documento idôneo no ato da interposição de recurso. Princípio da Primazia da Resolução do Mérito. Inaplicabilidade [...]. Relator: Min. Marco Aurélio Bellize, 13 de fevereiro de 2023. Disponível em: [https://processo.stj.jus.br/processo/julgamento/electronico/documento/mediado/?documento\\_tipo=integra&documento\\_sequencial=177951521&registro\\_numero=202103961740&peticao\\_numero=202200086693&publicacao\\_data=20230216&formato=PDF](https://processo.stj.jus.br/processo/julgamento/electronico/documento/mediado/?documento_tipo=integra&documento_sequencial=177951521&registro_numero=202103961740&peticao_numero=202200086693&publicacao_data=20230216&formato=PDF). Acesso em: 20. set. 2024.

<sup>36</sup> OLIVEIRA, Rafael Niebuhr Maia de; MESSIAS, Wellington Jacó. O novo Código de Processo Civil e o princípio do livre convencimento. **Revista Síntese: Direito Civil e Processual Civil**, São Paulo, v. 19, n. 110, p. 89-107, dez. 2017.

fase de cognição, prolatam decisões terminativas, contrárias ao objetivo do legislador, ora defendido.

Percebe-se, portanto, que a função da jurisdição deixa de ser apenas a solução da lide para desempenhar ordem pública na pacificação social sob cogência da lei. O interesse social e alcance a um processo justo assume relevância à atuação e formação do convencimento do magistrado, limitada a parcialidade e independência.<sup>37</sup>

Desta forma, manifesto que a discricionariedade existe uma vez que o próprio direito se pautе exclusivamente por meio de fatos sociais<sup>38</sup>, levam a discussão político doutrinária muito além do que pode se entender como a ponta de um *iceberg* chamada primazia da resolução do mérito e efetividade da prestação jurisdicional, diante de normas com inerente imprecisão teórica, subordinada ao cenário que se encontre o aclamado Estado Democrático, constitucionalmente justificadas.

Diante das intrínsecas vantagens da aplicação das normas fundamentais e do modelo cooperativo do processo à democratização dos conflitos e adaptável sistema à eficácia dos direitos (infra)constitucionais assegurados, podem trazer consigo acidental desapareço à igualdade e limites dos poderes do juiz, manifestando na insegurança jurídica pelo Poder Judiciário, diante de inverossímil estabilização das decisões intentada pelo legislador.

Ainda que se entenda pela necessidade e inseparável postura ativa e interpretativa do direito em face do positivismo e formalismo exacerbado contrário a perspectiva democrática participativa,<sup>39</sup> carece no atual cenário jurídico brasileiro o reconhecimento e valoração, na prática, da normatividade aos princípios em face de conteúdo legal expresse.

Na mesma medida, deve haver esforço pelo próprio Estado na efetiva aplicação das normas fundamentais e mecanismos postos a disposição, inclusive os conciliatórios, já que é sua função a precípua aplicação do direito material e a consequente análise do mérito, como também um melhor gerenciamento e estruturação interna do Tribunal, afastando resolução, ainda que não terminativa, das demandas de forma extemporânea.

Diante da evidente evolução tecnológica dos últimos anos, já é possível presenciar o uso de tecnologias com fim a promoção de maior celeridade e segurança jurídica sobre

---

<sup>37</sup> SILVA, Sandoval Alves da. Acesso à justiça probatória: negativa de tutela jurisdicional como consequência de negativa de convicção judicial. Revista de Processo, n. 232, p. 62, jun. 2014 *apud* THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**. 60. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. v.1. *E-book*.

<sup>38</sup> BARROSO, Luis Roberto. **Interpretação e aplicação da Constituição**: fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

<sup>39</sup> NUNES, Dierle José Coelho. **Comparticipação e policentrismo**: horizontes para democratização processual civil. 2008. 217f. Tese (Pós-graduação em Direito Processual) – Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.



atividades administrativas dos tribunais, como também colocado em teste, ao juízo de admissibilidade – não só em grau recursal – ainda carente de devida aprovação, já que a inteligência artificial de longe não se assemelha a postura ativa, cognitiva e dinâmica do magistrado no sistema neoconstitucionalizado, e misto, brasileiro.

Conclui-se, desta forma, a necessidade da verdadeira estabilização de decisões, de eficácia vinculante, como um aparato normativo mais efetivo às regras e aplicações das normas fundamentais e principiológicas na atividade judicante estatal, conferindo maior segurança jurídica sem que afete a esperada adaptação normativa-social aos conflitos postos em análise, evitando o resistido fenômeno da hiper judicialização.

## CONCLUSÃO

Como vislumbrado nos tópicos retro, embora notável redução de complexidades fatídicas ao processo, com pronunciamento judicial mais íntimo à realidade dos fatos e o mérito pretendido, aproveitando-se ao máximo os atos processuais, que pudessem imprimir apreciável efetividade ao sistema, por muitas vezes, ainda demonstra desmedida dessemelhança a realidade jurídica atual, nos Tribunais.

Isto, porque, ainda que se reverbere a harmonia dos preceitos ordinários ao conteúdo normativo, diga-se cogente, presente por toda extensão da Carta Magna, muitos institutos e mecanismos judiciais foram implementados – em nome da ardente e pretendida primazia a resolução do mérito, e consequentemente rumo à eficiência da prestação jurisdicional e da razoável duração do processo, com fim a atenuação da carga excessiva de demandas do Poder Judiciário como também a atender os anseios da comunidade jurídica à utilidade do resultado – dotados, ainda, de instabilidades diante dos posicionamentos incompatíveis pelos órgãos.

Prestigiou-se, portanto, hierarquização menos rígida da atividade judicante em face dos beneficiários da jurisdição em resposta ao regime jurídico brasileiro, mas que não o exime da necessidade da estabilidade das decisões com fundamentação adequada, observando limites a formação do convencimento, inclusive, ao contrário do que defende a doutrina, à luz da filosofia, à admissão e análise de requisitos imprescindíveis ao prosseguimento à análise meritória da causa – já que diante de peculiaridades e evolução social o juízo valorativo e a razões de decidir iriam muito além do simples preenchimento dos requisitos e aplicação do conteúdo literal da lei, afetando diretamente a segurança jurídica preservada pelo legislador.

Analizados os reflexos processuais advindos da norma fundamental em comento, evitando arbitrariedade e subjetividade pelo magistrado, concluiu-se pela necessidade, não

distante do tema estudado, à estabilização das decisões jurisdicionais que instituem a própria aplicação da norma, e maior esforço pelo Estado a utilização dos mecanismos trazidos pelo diploma novel, já que diante de um sistema irrefutavelmente democrático e constitucionalizado, espera-se pela inerente atuação interdisciplinar judicante, a concretização de um processo efetivamente cooperativo, na qual se ampare a primazia da resolução do mérito, e que promova resultado útil, efetivo, e de qualidade.

## REFERÊNCIAS

BARROSO, Luis Roberto. **Interpretação e aplicação da Constituição**: fundamentos de uma dogmática constitucional transformadora. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

BRASIL. **Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Código de Processo Civil. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm). Acesso em: 28 fev. 2024.

BUENO, Cassio Scarpinela. **Manual de Direito Processual Civil**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2024.

CÂMARA, Alexandre F. **Manual de Direito Processual Civil**. 3. ed. [S. l.]: Grupo GEN, 2024.

CÂMARA, Alexandre Freitas. O princípio da primazia da resolução do mérito e o Novo Código de Processo Civil. **Revista da EMERJ**, Rio de Janeiro, v. 18, n.70, p. 42-50, set./out., 2015.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. Tradução de Elen Gravie Northfleet. Porto Alegre: Fabris, 1998.

CAPPELLETTI, Mauro. **Juízes Legisladores?** Tradução de Carlos Alberto Álvaro de Oliveira. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 1999.

CHIOVENDA, Giuseppe. **Instituições de Direito Processual Civil**. Tradução de Paulo Capitanio. 3. ed. Campinas: Book-seller, 2002.

DIDIER JR, Freddie. **Curso de Direito Processual Civil**: introdução ao Direito Processual Civil, parte geral e processo de conhecimento. 26. ed. Salvador: JusPodvm, 2024. v.1.

DONIZETTE, Elpídio. **Curso Didático de Direito Processual Civil**. 22 ed. São Paulo: Atlas, 2019.

LINS, Arthur Orlando. **A primazia do julgamento de mérito no Processo Civil brasileiro**: fundamentos, concretização e limites dogmáticos. 2018. 311f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

MAIA, Wellington. Discricionariedade judicial: os limites da atuação jurisdicional e os poderes do magistrado no processo. **JusBrasil**, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/discricionariedade-judicial-os-limites-da-atuacao-jurisdicional-e-os-poderes-do-magistrado-no-processo/751980321>. Acesso em: 20 set. 2024.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sergio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Novo Código de Processo Civil Comentado**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de Direito Processual Civil**. 13. ed. Salvador: JusPodvm, 2021.

NUNES, Dierle José Coelho. **Comparticipação e policentrismo**: horizontes para democratização processual civil. 2008. 217f. Tese (Pós-graduação em Direito Processual) – Faculdade de Direito, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

OLIVEIRA, Rafael Niebuhr Maia de; MESSIAS, Wellington Jacó. O Novo Código de Processo Civil e o princípio do livre convencimento. **Revista Síntese: Direito Civil e Processual Civil**, São Paulo, v. 19, n. 110, p. 89-107, dez. 2017.

PINHO, Humberto Dalla Bernadina de. **Manual de Direito Processual Civil contemporâneo**. 6. ed. São Paulo: SaraivaJur, 2024.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Código de Processo Civil Anotado**. 26 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2023.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**. 60. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. v.1.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim; MEDINA, José Miguel Garcia. **Recursos e ações autônomas de impugnação**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.